



POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ESTRUTURANTES DO ENSINO NOTURNO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO

Proponente: Anselmo Paulo Pires

Orientadora: Professora Doutora Maria
Auxiliadora Monteiro Oliveira

Projeto de Pesquisa: Doutorado

INTRODUÇÃO

- ❑ *Ao longo da história da educação brasileira, a instituição escolar apresenta uma nítida organização na sua distribuição de indivíduos por classes sociais determinadas.*

- ❑ *Neste sentido propomos tratar a problemática das políticas públicas de inclusão, ou a falta delas, para o aluno trabalhador do ensino noturno, sob os aspectos:*
 - *Identificação do perfil deste aluno;*
 - *A identificação e descrição das políticas públicas de inserção na educação profissional;*
 - *Função social da escola de ensino profissionalizante.*

INTRODUÇÃO

- *É comum o ensino noturno ser considerado como problema;*
- *O ensino noturno de aprendizagem brasileiro tem deixado sua demanda sem as mínimas condições de aprendizagem;*
- *Em geral o ensino noturno tem sido oferecido de forma suplementar, ou seja, atende-se prioritariamente ao público do diurno;*
- *Na maioria dos casos resta-lhes um arremedo de escola, com qualidade duvidosa.*

INTRODUÇÃO

- *Estes alunos do noturno tem que conciliar trabalho, família e escola, conciliação que traz um desgaste em seu cotidiano – horas de sono, dificuldade com transporte, etc.;*
- *A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 estabelece em seu Art. 4º parágrafo VI:*
 - *“será efetivado mediante a garantia da oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.”*
- *A pequena parcela de jovens trabalhadores que chega à escola é ainda submetida a um amplo processo de exclusão includente. (Kuenzer, 2002)*

INQUIETAÇÕES

- ❑ *Se a escola como um todo já é excludente para a maioria da população, o que dizer da escola de ensino profissional ofertada para o trabalhador aluno, que chega a ela no turno da noite?*
- ❑ *Qual a relação construída entre o cotidiano, a vida desse trabalhador aluno e a escola na qual está inserido depois da jornada de trabalho?*
- ❑ *Em que medida cursar um ensino profissionalizante, no período da noite, garante a melhoria de vida e acesso aos bens materiais, sociais e culturais?*

POLÍTICAS DE INSERÇÃO

- ❑ *Falar de políticas inclusivas supõe, pois, retomar o tema da igualdade e conseqüentemente o da diferença;*
- ❑ *No Brasil temos acompanhado diversos projetos de políticas compensatórias de inclusão para grupos sociais menos favorecidos;*
- ❑ *Se a escola for tomada como foco, pode-se dizer que ela é um canal importante de ascensão e mobilidade social: mas também é um mecanismo de reprodução e consolidação das desigualdades sociais;*

REFERENCIAL PRELIMINAR

- ❑ DUBET, François (2003). A escola e a exclusão.
- ❑ KUENZER, Acácia (2006). A EP nos anos 2000: a dimensão subordinada às políticas de inclusão.
- ❑ OLIVEIRA, Dalila (2004). A recente expansão da Educação básica no Brasil e suas consequências para o ensino médio noturno.
- ❑ CURY, Jamil (2005). Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica.
- ❑ BOSIO, Maria Teresa (2000). Los jovens y el mundo do trabalho. Sus representaciones...
- ❑ CARVALHO, Célia Pezzolo (1994). Ensino noturno: realidade e ilusão.

JUSTIFICATIVA

- ❑ Em 2000 a população jovem brasileira de 15 a 19 anos chegava a 47 milhões, destes, 28,3% dos que tinham entre 14 e 18 anos, frequentavam a escola pública de ensino médio no período noturno;
- ❑ Há de se considerar que o estudo do perfil destes sujeitos, a análise das atuais políticas públicas de assistência e inserção com foco na função social da escola de EPT devam ser compreendidas e estudadas.

OBJETIVO GERAL

❑ Identificar o perfil do aluno trabalhador do noturno e descrever os princípios pedagógicos estruturantes do ensino deste turno em uma instituição de educação profissional pertencente a RFET de ensino, ante os preceitos das políticas públicas de inclusão e construção das identidades sociais e profissionais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proceder a uma análise bibliográfica a respeito da articulação entre o campo da educação escolar e preceitos de mobilidade social nos últimos dez anos;
- Investigar no âmbito da organização do trabalho e processos formativos de uma IFE como se relaciona as prerrogativas: função social da EP de modo a compreender representações quanto à profissionalização e mobilidade social do jovem trabalhador;
- Proceder análise de documentos legais e oficiais que tomam como eixo estruturante a oferta da EP noturno.

METODOLOGIA

- ❑ Qualitativa sem perder de vista a possibilidade de análise quantitativa.

Técnicas:

- Análise documental;
 - Pesquisa e análise;
 - Trabalho de campo – observação do cotidiano;
 - Entrevistas semiestruturadas com os atores;
 - Construção de categorias analíticas;
 - Análise de conteúdo
- ❑ Lócus de investigação: Escola profissionalizante da RFET

CONCLUSÃO

Debater sobre o ensino noturno é um grande desafio.

Trazer o ensino noturno profissionalizante para o debate atrelado à sua demanda constituída, significativamente, de alunos que trabalham é um desafio que poderia nas palavras de Frigotto:

“propiciar a concretização do ideal gramsciano, ou seja, o desenvolvimento das condições para que os trabalhadores pudessem se constituir e se reconhecer como sujeitos políticos, condição necessária, ainda que insuficiente, para a construção de uma sociedade socialista.”